

E agora, o trabalho?

Uma curadoria do Instituto Lavoro

O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO: ENTRE REFORMAS E RESISTÊNCIAS

Os servidores públicos seguem como pilares do Estado Democrático de Direito, responsáveis por garantir direitos e manter o funcionamento das instituições. No entanto, o cenário atual impõe desafios decisivos. A nova Reforma Administrativa, em discussão no Congresso, tem sido apontada por especialistas como um projeto de mercantilização do setor público, que ameaça a estabilidade, o Regime Jurídico Único e a própria autonomia do serviço público.

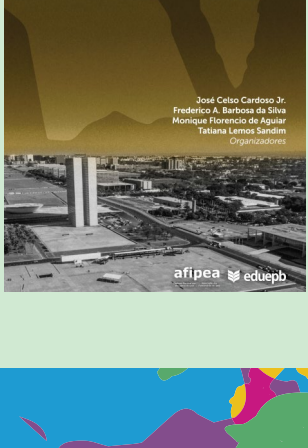
As propostas de vínculos precários, meritocracia produtivista e terceirizações ampliadas indicam um processo de desmonte das garantias conquistadas pela Constituição de 1988. Somam-se a isso as transformações trazidas pela digitalização dos serviços, que exigem atualização tecnológica sem abrir mão da inclusão e da ética pública.

Neste Mês do Servidor, a Curadoria *“E agora, o trabalho?”* convida à reflexão sobre o papel do funcionalismo no futuro do Estado brasileiro. Valorizar o servidor é valorizar o serviço público como instrumento de justiça social, igualdade e defesa do bem comum.

Boa leitura!

Antonio Megale
Fernanda Giorgi
João Victor Soares
Lais Servulo

LIVROS



O Futuro do Serviço Público: Novas Competências para Servidores e Dirigentes

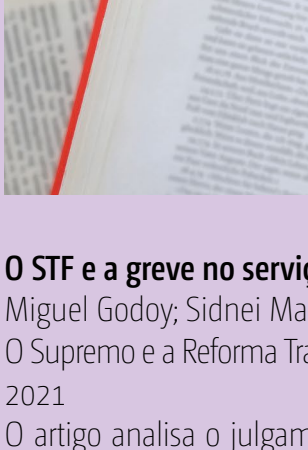
2021

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

ENAP

Publicado pela Escola Nacional de Administração Pública, o livro discute as transformações na administração pública diante das rápidas mudanças sociais, tecnológicas e institucionais. A obra reflete sobre os desafios de preparar o Estado e seus agentes para um contexto de maior complexidade, inovação e exigência de resultados.

🔗 [Leia aqui!](#)



Assédio Institucional no Brasil: Avanço do Autoritarismo e Desconstrução do Estado

2022

José Celso Cardoso; Frederico A. Barbosa da Silva; Monique Florencio de Aguiar; Tatiana Lemos Sandim (Orgs.)

UEPB / EDUEPB

A obra reúne 20 artigos de 51 pesquisadores que analisam como práticas de assédio e deslegitimação tornaram-se métodos de governo para enfraquecer instituições públicas, servidores e políticas estatais no Brasil, especialmente em contextos autoritários.

🔗 [Leia aqui!](#)

ARTIGOS

O STF e a greve no serviço público: o caso dos dias de greve

MITUF Godoy; Sidnei Machado

O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal

2021

O artigo analisa o julgamento do STF no RE 693.456 (2016), que limitou o direito de greve dos servidores públicos ao permitir o desconto dos dias parados, mesmo diante da ausência de regulamentação específica. Os autores argumentam que a decisão afronta a Constituição de 1988 e enfraquece a autonomia sindical, transformando um direito fundamental em exceção. A reflexão propõe retomar o debate sobre a greve no serviço público como instrumento legítimo de participação democrática e defesa dos direitos coletivos.

🔗 [Clique aqui!](#)

Neoliberalismo autoritário no Brasil

Daniel Pereira Andrade

Sens public

2020

O artigo analisa como, durante o governo Bolsonaro, as reformas neoliberais se articularam a uma racionalidade política militarizada, herdada da lógica da “guerra ao inimigo interno”. Inicialmente, apresenta os principais projetos de reforma econômica propostos por Paulo Guedes nos primeiros meses de governo. Em seguida, examina a presença dos militares na administração e a evolução histórica dessa lógica de guerra, desde a Ditadura Militar até sua reconfiguração na “guerra às drogas” e nas operações de pacificação. Por fim, demonstra como as racionalidades neoliberal e militar se combinam na atual virada autoritária, fortalecendo-se mutuamente e, ao mesmo tempo, gerando tensões que ameaçam a democracia brasileira.

🔗 [Clique aqui!](#)

Greve dos Servidores Públicos e STF

Ricardo Carvalho Fraga; Luiz Alberto de Vargas

Revista TST, Brasília, v. 76, n. 2, abr./jun.

2010

O texto discute a controvérsia sobre o direito de greve dos servidores públicos, destacando o debate sobre se esses agentes devem ser considerados trabalhadores com relação bilateral ao Estado ou se prevalece uma relação unilateral, em que o poder público impõe as condições de trabalho.

🔗 [Clique aqui!](#)

Os Direitos Trabalhistas dos Servidores Públicos nos Contratos de Trabalho com Caráter Temporário

Maria Vanda Ribeiro da Silva; Auricélio Anselmo da Silva

Revista FOCO, v. 16, n. 6

2023

O artigo analisa o desvirtuamento dos contratos temporários pela administração pública, que, ao utilizá-los de forma contínua, priva trabalhadores de direitos fundamentais como férias, FGTS e 13º salário. Com base no Tema 551 do STF, que reconheceu o abuso dessas contratações e garantiu tais direitos a servidores temporários, o estudo conclui que o Estado deve adotar práticas compatíveis com a Constituição de 1988 e com tratados internacionais, assegurando a proteção do trabalhador e o combate às desigualdades nas relações de trabalho.

🔗 [Clique aqui!](#)

Reforma Administrativa: a “Reforma Trabalhista” dos Servidores Públicos

Maria da Graça Druck de Faria

Revista Brasileira de Administração Política

2022

O artigo analisa o contexto neoliberal no Brasil, a partir do qual se pode compreender as recentes reformas do Estado – a dos anos 1990 e a atual. Defende a tese de que a reforma administrativa já está em curso por meio de dispositivos legais como a EC 95, a Lei 173/2020 e a EC 109/21, além da ampliação da terceirização e dos contratos temporários no serviço público. Examina a PEC 32 como uma “reforma trabalhista” dos servidores, que institucionaliza a precarização, e argumenta que a estabilidade e os concursos públicos são essenciais para garantir a continuidade e qualidade dos serviços públicos.

🔗 [Clique aqui!](#)

Os Direitos Sociais dos Servidores Públicos à Luz da Redefinição da Supremacia do Interesse Público no Estado Democrático de Direito

Juliana Brina Corrêa Lima de Carvalho

Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 11, n. 11

2012

O artigo propõe uma releitura dos direitos sociais dos servidores públicos no contexto do Estado Democrático de Direito, destacando a transição do modelo liberal para o paradigma participativo e consensual da administração pública. A autora discute a redefinição do interesse público à luz da dignidade da pessoa humana, defendendo a valorização da proteção jurídica e social do servidor como parte essencial do próprio interesse público.

🔗 [Clique aqui!](#)

Qualidade de Vida no Trabalho: a Percepção dos Servidores Públicos

José Marcos Nunes Benevenuto; Sheila Ataíde Domingues de Souza; Ângela Maria do Amaral Abreu Carvalho

ORG & DEMO, v. 20, n. 1, p. 45–66

2019

O estudo investiga os fatores que influenciam a qualidade de vida no trabalho entre servidores públicos, utilizando o modelo de Walton (1973), que avalia oito dimensões do ambiente laboral. Os resultados revelam satisfação em boa parte dos aspectos, mas também indicam pontos de insatisfação e neutralidade, reforçando a necessidade de políticas de gestão de pessoas voltadas ao bem-estar, à motivação e à melhoria das condições de trabalho.

🔗 [Clique aqui!](#)

TESE DE MESTRADO

O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um Tribunal Judiciário Federal

Daniela S. Tavares

2003

A pesquisa analisa o sofrimento no trabalho de servidores de um Tribunal Federal, identificando fatores como injustiça, sobrecarga, falta de reconhecimento e estagnação profissional, além de estratégias de enfrentamento e expressões de adoecimento. O estudo evidencia que o sofrimento está ligado à frustração das expectativas profissionais e resalta a importância de ações institucionais voltadas à promoção da saúde no trabalho.

🔗 [Clique aqui!](#)

DOCUMENTOS TÉCNICOS



Reflexos da Flexibilização do Regime Jurídico Único – RJU

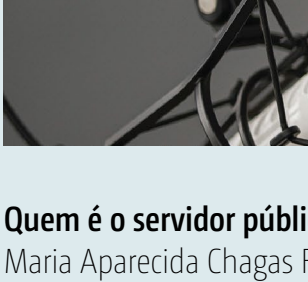
Camilla Candido; José Eymard Loguericio; Mádila Barros Severino de Lima

2024

Nota Técnica – LBS Advogadas e Advogados

A Nota Técnica analisa os impactos da decisão do **Supremo Tribunal Federal na ADI 2135**, que declarou constitucional a supressão da obrigatoriedade do **Regime Jurídico Único (RJU)** e de planos de carreira para servidores públicos trazida pela **Emenda Constitucional nº 19/1998**. O estudo examina as consequências dessa flexibilização para a administração direta, autarquias e fundações em todas as esferas federativas.

🔗 [Leia mais!](#)



Nota Descritiva da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020 – Reforma Administrativa

Magno Schuler; José Theodoro Neto; Allan Ribeiro de Castro

Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

2020

A Nota Descritiva apresenta, em formato temático e analítico, as **principais alterações propostas pela PEC 32/2020**, que reforma o regime jurídico dos servidores públicos e a estrutura da administração pública. O documento destaca as justificativas governamentais e o argumento central de **aumentar a flexibilidade na gestão dos recursos humanos e financeiros do Estado**.

🔗 [Leia mais!](#)

OPINIÕES E ENTREVISTAS

Quem é o servidor público do futuro?

Maria Aparecida Chagas Ferreira

JOTA

14/10/2025

O artigo de opinião discute o papel do **servidor público do futuro** diante das transformações tecnológicas e sociais, defendendo que a administração pública deve formar **instituições humanas capazes de cooperar com a tecnologia**, e não substituí-las.

🔗 [Clique aqui!](#)

A Exploração do Trabalho do Servidor Público Terceirizado (III): os Serviços Públicos Universais

Raul Floriano

Revista O Ipê

2022

Terceiro texto da série *A Terceirização no Serviço Público*, o artigo analisa criticamente como a terceirização na administração pública direta transforma o Estado em agente de transferência de riqueza ao capital privado, sob o discurso de eficiência. Floriano argumenta que, ao contratar empresas intermediárias para executar serviços essenciais como educação, saúde, limpeza e vigilância, o Estado passa a pagar não apenas salários, mas também custos indiretos e lucros empresariais, esvaziando o caráter público do serviço. O texto conclui que a terceirização mercantiliza os serviços universais, precariza o trabalho e reforça a lógica de exploração, defendendo a desterceirização e a equiparação de direitos de todos os servidores públicos.

🔗 [Clique aqui!](#)

A “Reforma Administrativa” do governo Bolsonaro/Guedes: Rumo à extinção de servidores e dos serviços públicos no Brasil

Graca Druck, Samara Reis e Emmanoel Leone

Jornal GGN

17/09/2020

O artigo analisa criticamente a PEC 32/2020, apresentada pelo governo Bolsonaro/Guedes, argumentando que ela representa a continuidade do projeto neoliberal de desmonte do Estado e de precarização do serviço público. As autoras sustentam que a reforma busca eliminar a estabilidade e o Regime Jurídico Único (RJU), ampliando vínculos temporários e processos seletivos simplificados, o que favorece apadrinhamentos e ingerências políticas.

🔗 [Clique aqui!](#)

FILMES E SÉRIES



Parks and Recreation

Greg Daniels e Michael Schur

2009

Aclamada sitcom americana em formato de mockumentary, Parks and Recreation retrata com humor e afeto o cotidiano de Leslie Knope (Amy Poehler), uma dedicada funcionária do Departamento de Parques da cidade fictícia de Pawnee, Indiana. A série explora, entre sátiras políticas e dramas cotidianos, os desafios e o valor do serviço público — entre burocracias, idealismo e o compromisso com o bem comum.

🔗 [Disponível em Prime Video e Globoplay](#)



Sob Pressão

Jorge Furtado, Luiz Noronha, Claudio Torres, Renato Fagundes e Lucas Paraizo

TV Globo / Globoplay

2017

Inspirada em fatos reais, *Sob Pressão* retrata a rotina exaustiva de profissionais da saúde em um hospital público do Rio de Janeiro, enfrentando a precarização estrutural do sistema, a falta de recursos e o sofrimento cotidiano de quem luta para garantir o direito à vida. A série expõe, com realismo e sensibilidade, as contradições do serviço público brasileiro e o impacto da sobrecarga e do abandono estatal sobre os trabalhadores da saúde.

🔗 [Disponível no Globoplay](#)

NOTÍCIAS

5 motivos para ser contra a Reforma Administrativa e fortalecer a Marcha do dia 29/10

Sinpro-DF

23/10/2025

A matéria do Sinpro-DF elenca cinco motivos centrais para que os trabalhadores e a sociedade rejeitem a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e participem da Marcha Nacional do Serviço Público, no dia 29 de outubro. O texto alerta que a proposta fragiliza os serviços públicos, amplia a precarização do trabalho, reduz a estabilidade e os direitos dos servidores, abre espaço para apadrinhamentos e privatizações, e ameaça a qualidade e a universalidade do atendimento à população.

🔗 [Leia mais!](#)

Deputado protocola PEC da Reforma Administrativa na Câmara

G1

24/10/2025

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) protocolou em 24/10/2025, na Câmara dos Deputados, a nova PEC da Reforma Administrativa, resultado de um grupo de trabalho que reuniu representantes da sociedade civil, sindicatos e do setor público. A proposta, composta por 70 medidas, será analisada pela CC, por uma comissão especial e, depois, pelo Plenário.

🔗 [Leia mais!](#)

Reforma Administrativa acaba com estabilidade dos servidores e com o RJU, alertam especialistas

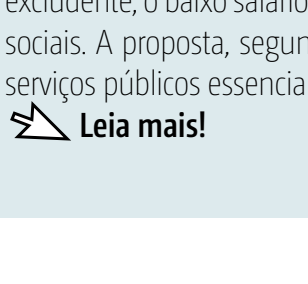
Camilla Cândido

LBS Advogadas e Advogados

22/10/2025

A advogada Camilla Cândido, durante o Seminário *“Contas Públicas, Políticas Sociais e Serviço Público”*, destacou três eixos centrais da proposta de Reforma Administrativa: controle fiscal do Estado, blindagem tecnocrática e esvaziamento das carreiras públicas. O texto denuncia que a reforma fragiliza a estabilidade e o Regime Jurídico Único (RJU) ao criar múltiplos vínculos precários e reduzir a valorização por tempo de serviço. Também critica a lógica da meritocracia e da digitalização excludente, o baixo salário inicial, a racionalização de carreiras e o risco de terceirização generalizada, especialmente nas áreas sociais. A proposta, segundo a autora, alinha-se aos interesses empresariais e ameaça a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais.

🔗 [Leia mais!](#)



5 motivos para ser contra a Reforma Administrativa e fortalecer a Marcha do dia 29/10

Sinpro-DF

23/10/2025

A matéria do Sinpro-DF elenca cinco motivos centrais para que os trabalhadores e a sociedade rejeitem a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e participem da Marcha Nacional do Serviço Público, no dia 29 de outubro. O texto alerta que a proposta fragiliza os serviços públicos, amplia a precarização do trabalho, reduz a estabilidade e os direitos dos servidores, abre espaço para apadrinhamentos e privatizações, e ameaça a qualidade e a universalidade do atendimento à população.

🔗 [Leia mais!](#)

Deputado protocola PEC da Reforma Administrativa na Câmara

G1

24/10/2025

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) protocolou em 24/10/2025, na Câmara dos Deputados, a nova PEC da Reforma Administrativa, resultado de um grupo de trabalho que reuniu representantes da sociedade civil, sindicatos e do setor público. A proposta, composta por 70 medidas, será analisada pela CC, por uma comissão especial e, depois, pelo Plenário.

🔗 [Leia mais!](#)

Reforma Administrativa acaba com estabilidade dos servidores e com o RJU, alertam especialistas

Camilla Cândido

LBS Advogadas e Advogados

22/10/2025

A advogada Camilla Cândido, durante o Seminário *“Contas Públicas, Políticas Sociais e Serviço Público”*, destacou três eixos centrais da proposta de Reforma Administrativa: controle fiscal do Estado, blindagem tecnocrática e esvaziamento das carreiras públicas. O texto denuncia que a reforma fragiliza a estabilidade e o Regime Jurídico Único (RJU) ao criar múltiplos vínculos precários e reduzir a valorização por tempo de serviço. Também critica a lógica da meritocracia e da digitalização excludente, o baixo salário inicial, a racionalização de carreiras e o risco de terceirização generalizada, especialmente nas áreas sociais. A proposta, segundo a autora, alinha-se aos interesses empresariais e ameaça a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais.

🔗 [Leia mais!](#)

